



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOB PERSPECTIVA DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

ANDRÉA APARECIDA RESENDE FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOB PERSPECTIVA DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Prof^a. Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOB PERSPECTIVA DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

ANDRÉA APARECIDA RESENDE FERREIRA

**TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado
por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo à
autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.**

Banca examinadora:

**Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva
(Orientadora)**

Belo Horizonte, de janeiro de 2011

Dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso a minha família que é minha vida, sem eles não valeria nada meus sonhos.

Às minhas amigas Letícia, Lilimar e Ilma, que foram meus suportes durante todo esse curso e a todos que diretamente ou indiretamente, estiveram presente dividindo comigo a alegria de alcançar mais essa vitória.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que está sempre ao meu lado, alertando-me quanto ao propósito de minha vida.

À minha família, que sempre me incentivou na busca de novas realizações.

A Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva, pela orientação.

“(...) A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho investiga as relações entre a avaliação da aprendizagem e o trabalho do gestor de uma escola, mais especificamente, sobre a gestão da Escola Alice Cândida dos Santos, unidade pertencente à rede Municipal de Ensino, situada à Rua Geraldo Pinto do Amaral, s/nº, Bairro Romeu Duarte na cidade de Nova Serrana/MG. Discorre sobre “A avaliação da aprendizagem sob perspectivas da gestão democrática”, seus conceitos, as principais reflexões encontradas na literatura sobre educação, especialmente na Biblioteca Geral do Curso, bem como o entendimento da gestão escolar democrática e os principais elementos de um Projeto Político Pedagógico. Esta análise crítica e pormenorizada fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, sobretudo na idéia de pesquisadores que defendem uma educação de qualidade. Ratifica-se, que não há possibilidade de transformar os rumos da educação, se a avaliação permanecer no bojo de um modelo tradicional e de uma pedagogia que não permita esse encaminhamento. A avaliação escolar, como instrumento tradutor de uma pedagogia que, por sua vez, é representativa de um modelo social, não pode mudar sua forma se continuar sendo vista e exercitada no âmago do mesmo corpo teórico-prático no qual está inserida. Tornam-se necessárias observações pautadas nos conceitos de qualidade em educação e nos principais aspectos da metodologia de um PPP - Projeto Político Pedagógico como um caminho para os gestores educacionais.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1.0 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOB PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	11
1.1 Avaliação como redefinição da prática pedagógica.....	14
1.2 Avaliação como instrumento auxiliar de aprendizagem.....	16
2.0 AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA: uma prática em construção.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23
ANEXO	26

INTRODUÇÃO

Avançar com o aluno no contexto de transformações sociais e diante das diversas realidades que se encontram, faz com que uma nova tendência pedagógica seja observada. Para tanto, além de uma formação pedagógica crítica e autônoma dos ideais neoliberais, gestores e outros profissionais da comunidade escolar precisam ter sensibilidade para que se possa obter o máximo de contribuição e participação da comunidade na escola. Tanto Libâneo (2001) quanto Padilha (2001), afirmam que “os principais mecanismos que abarcam a gestão escolar estão na legislação com suas políticas educacionais”. Essas estão pautadas na democratização da educação como direito de todos os cidadãos.

Com base na literatura do Curso Formação de Gestores da Educação Básica UFMG/FAE, a compreensão dessa política educacional também tende a influenciar cidadãos para os seus potenciais de trabalho, o que além da competência exigida para os cargos educacionais, um perfil de mais flexibilidade para detectar como o sistema de ensino pode ser mais ágil de modo que a escola possa acompanhar as atuais solicitações no exercício da autonomia e de acordo com os autores estudados, os gestores são aliados na busca pela qualidade na educação.

A idéia central deste trabalho foi retirada do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, elaborado coletivamente, mais especificamente, no item sobre avaliação. Este documento traz uma visão crítica sobre as questões políticas e pedagógicas do contexto da referida instituição e é apresentado na íntegra como anexo ao final desta análise. Ao se efetuar uma análise do mesmo, observa-se que ele representa um diagnóstico preciso da situação atual da unidade e de suas perspectivas futuras, busca sempre abrir caminhos às tomadas de decisão, às novas relações.

Sob esta perspectiva, é possível inferir que o Projeto Político Pedagógico, enquanto documento, demonstra e traduz as intenções de ações futuras da instituição educativa, sejam elas próximas ou longínquas. Visa ainda, o roteiro traçado pela unidade escolar na busca da formação do cidadão completo, crítico e criativo, provido de qualidades necessárias ao seu sucesso no âmbito da sociedade em que

vive. Este projeto é o elemento norteador de todo trabalho político e pedagógico desenvolvido nesta instituição.

Padilha (2001, p. 30), também discorre sobre a gestão participativa e democrática e fala sobre a importância do Projeto Político Pedagógico¹, voltado ao aprendizado do aluno. Sua principal crítica é que “várias escolas não conseguem planejar por despreparo da equipe técnica”. A equipe da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, reconhece que planejar envolve todo um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos. Nesse sentido, são estabelecidas reflexões, coletivas, acerca das tomadas de decisão como a previsão de necessidades, racionalização de meios materiais e recursos humanos, prazos e avaliação dos resultados.

Nesse sentido, a gestão desta escola, juntamente com a sua equipe procura conhecer bem a sua realidade a sua comunidade, observa e avalia constantemente o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, analisa com objetividade os resultados e partilha as experiências docentes bem-sucedidas e, diante desse contexto, surge a necessidade de refletir sobre o tema avaliação da aprendizagem. Sabe-se, que a expressão “avaliação” na maioria das vezes, remete o sujeito a um significado sentencioso, de constatação e de provas de fracasso ou sucesso.

Acredita-se que na realidade pesquisada, os educadores buscam valorizar a espontaneidade natural desse processo no cotidiano das relações e utilizam a avaliação como instrumento para refletir sobre os avanços e dificuldades da/na aprendizagem, uma vez que esse processo faz parte do desenvolvimento humano. Mas, como a avaliação da aprendizagem se relaciona com o trabalho do gestor?

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma análise crítica e pormenorizada sobre a avaliação da aprendizagem sob a perspectiva da gestão democrática para responder a esse e a outros questionamentos. Essa reflexão é realizada em

¹Nesse contexto, a avaliação de alunos, item inserido no Projeto Político Pedagógico – PPP, que, em linhas gerais, é o caminho que qualquer escola deve percorrer com seus gestores e suas coletividades, tomando decisões organizadas em um instrumento teórico – metodológico em busca da melhor maneira da função educativa.

consonância com as ideias de Franco (2001), Hoffmann (1998), Gadotti (2003), Luckesi (1996), Padilha (2001) e outros autores. Busca-se assim, entender as propostas da gestão escolar democrática na atualidade e discutir a importância do Projeto Político Pedagógico como elemento norteador de todo trabalho.

A revisão bibliográfica utilizada neste estudo permite a inclusão de diferentes abordagens metodológicas e o levantamento dos dados é realizado através de livros ou artigos relacionados aos temas, trabalhos publicados entre as décadas de 1980 até 2010, bem como as legislações vigentes. Os dados são tratados qualitativamente diante da perspectiva de explorar, entender, descobrir e esclarecer os conceitos que os autores pesquisados apresentam em seus livros ou artigos. De acordo com Goldenberg (1998), “na realidade, entende-se por pesquisa qualitativa um diálogo teórico dessa bibliografia para que, no final, a pesquisa seja uma peça importante das interpretações coletadas”.

Ainda amparada na consciência de que há possibilidades de ações transformadoras na educação para a cidadania, através da compreensão de suas individualidades e frente aos diferentes grupos sociais com os quais interagem, individual e coletivamente, a pesquisa também se apóia no que Padilha (2003) declara sobre o que é uma escola participativa:

Uma escola onde educador e educando rejuvenescem permanentemente na percepção, no contato e na troca de experiências com o outro, porque eternos aprendizes, sujeitos ao mesmo tempo individuais e coletivos, a favor de uma escola criativa, ousada, democraticamente organizada. É uma “escola de comunidade e de companheirismo”, como afirma Paulo Freire. É uma instituição escolar, por isso mesmo, integrada e inteirada com a sua comunidade, com a sua cidade, com o seu país, com o mundo em que vive, por isso, uma escola movimentada, cheia de eventos, de encontros, de gente que quer aprender e ensinar de forma dinâmica e feliz (PADILHA, 2003, p. 90).

Relacionar os temas avaliação e gestão nesta análise é bastante pertinente neste processo, e o que a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos busca então, é a criatividade, a ousadia, a democracia enfim para a construção de um ensino de maior qualidade para que as crianças e jovens adolescentes possam enfrentar, com dignidade, essa época de mudanças e rupturas nem sempre previstas. Entende-se, assim, que a apresentação aqui formulada abre novos campos reflexivos e pode se transformar em ponte para outros trabalhos que tenham a mesma vertente de pesquisa.

1.0 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Conforme define Luckesi (1996, p. 33), avaliação "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Ou seja, "ela implica um juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando, conseqüentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo". O autor completa que "a avaliação é um recurso necessário, mas é preciso que haja uma reflexão sobre a sua qualidade e eficiência".

Pode-se afirmar então, que discutir avaliação da aprendizagem pressupõe uma mudança de postura, pois ela mostra os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos e também o ponto de partida, um novo começo, possibilitando novas tomadas de decisão.

Por se tratar de um tema bastante relevante também no contexto educacional de Nova Serrana/MG, discutido incansavelmente durante a produção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, uma discussão estratégica no sentido de compreender a avaliação da aprendizagem e a democratização do ensino, traz uma contribuição bastante significativa para este contexto escolar.

Para os pais, a avaliação escolar significa um importante instrumento ou mecanismo de compreensão (ou de aferição) dos processos vividos ou atividades realizadas pelos seus filhos, e pode, com efeito, informá-los o porquê e como ajudá-los dentro ou fora do âmbito escolar. Quanto ao aluno, a avaliação destaca-se como um componente do seu processo de escolarização porque define a permanência e continuidade de seu desenvolvimento na escola. Entende-se, então, que através da avaliação o aluno tem a possibilidade de conhecer seu desempenho e compreender seu processo de aprendizagem e formação para desenvolver-se intelectual, social e afetivamente.

Embora exista uma gama variada de possibilidades e formas diversas de avaliação, os professores e escolas ainda assim parecem estar acorrentados ao modelo

tradicional. O imperativo, que parte talvez até mesmo do modelo social vigente, é o da busca a qualquer preço pela pontuação ou nota necessária a servir de “chave de passagem” para o próximo ano letivo, deixando o mais importante, o ensino em si, o ensinamento profundo ou o aprendizado verdadeiro relegados a segundo plano. Veja-se a descrição de Luckesi (2003):

Próximo do final da unidade de ensino, o professor formula o seu instrumento de avaliação, a partir de diversas variáveis: conteúdo ensinado efetivamente, conteúdo que o professor não ensinou, mas que deu por suposto ter ensinado, conteúdos “extras” que o professor inclui no momento da elaboração do teste, para torná-lo mais difícil; o humor do professor em relação à turma de alunos que ele tem pela frente; a disciplina ou a indisciplina social desses alunos; uma certa “patologia magisterial permanente” que define que o professor não pode aprovar todos os alunos, uma vez que não é possível que todos os alunos tenham aprendido suficientemente todos os conteúdos e habilidades propostos, etc. Assim, são muitos os ingredientes que se fazem presentes na elaboração do instrumento de avaliação, ainda que tecnicamente muitos desses elementos não deveriam se fazer presentes nos testes. (LUCKESI, 2003, p. 67).

Diante do exposto, pode-se questionar sobre o que realmente define avaliação e o que se compreende sobre esse termo, principalmente quando se trata de avaliação da aprendizagem e democratização do ensino. A conclusão do autor é que o contexto avaliativo deve ser, sem dúvida, uma construção coletiva, na medida em que depende do encontro ou não de uma série de fatores, situações ou objetivos. Hoffman (1998, p.9) diz que “[...] uma ação mediadora não promove o diálogo no trabalho pedagógico, ela é um processo interativo, dialógico, existente enquanto relação, enquanto confluência de idéias e vivências” e que:

Caracterizar a culpa do modelo sobre uma ou outra corrente de ação é minimizar a questão a um nível que pode individualizar sem considerar as relações existentes com o meio de formação escolar e social as possíveis soluções, enquanto busca-se o oposto, ou seja, uma fórmula de avaliação que contemple a participação ativa de todos os implicados. Em suas palavras: (HOFFMANN, 1998, p.9).

Com efeito, a prática de avaliação por notas somente, dificilmente modifica-se por força exclusiva de uma lei. É preciso mudar conceitos ou padrões, passando pela melhor formação profissional do educador e nesse sentido, a prática avaliativa não muda em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas à partir do compromisso dos educadores com a realidade social que o país enfrenta, segundo Hoffmann (1998) e outros autores estudados.

É imprescindível então que todo o corpo diretivo tome conhecimento do assunto, um rumo, um direcionamento mais profundo e objetivo, de forma que todas as engrenagens ponham-se em movimento, a fazer andar a grande máquina do ensino. E que a escola acompanhe com passos próximos tal movimento porque toda mudança, passa por uma melhor qualificação profissional, da transmissão dos conhecimentos à mudança estrutural, à compreensão do que se busca. E de modo especial o professor, por ser a “peça chave” do modelo de ensino, deve buscar essa mudança, essa nova postura.

Em relação à atuação de toda a equipe escolar em destaque, o que inclui a diretoria, cada vez mais procura atuar com a apropriação dos conhecimentos relativos à avaliação, conduzindo os sujeitos não a uma igualdade de compreensão e construção, mas do desenvolvimento intelectual e humano de cada um, individualmente, embora inseridos em um contexto bem maior que é a sociedade.

Mas, fala-se ainda em autoritarismos e a arbitrariedades do processo avaliativo originados muitas vezes em uma incansável busca de padronização, utilizando critérios sempre comparativos. Valoriza-se “o igual” na escola e todas as diferenças transformam-se em obstáculos para a aprendizagem, de tal forma que o olhar do professor autoritário vasculha por desvios ao padrão determinado “a priori”. Diante de tal comportamento, poucos alunos obtêm sucesso, o que caracteriza uma escola seletiva, excludente e perigosamente monótona pela sua incapacidade de valorizar experiências de vida e diferentes formas de pensar de crianças e jovens adolescentes.

No contexto da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, considera-se a avaliação educacional em geral e a avaliação da aprendizagem escolar em particular, como um meio e não um fim, apesar de muitas vezes estarem assim delimitadas pela teoria e pela prática que a circunda. Desse modo, entende-se que a avaliação não se dá num vazio conceitual, mas encontra-se dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica.

A nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, exige aos sistemas de ensino, sejam públicos ou particulares, que efetivem um processo avaliativo

contínuo e qualitativo, mediador, em escolas e universidades. O que havia de fato, até o presente, era uma falta de acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e muito menos com o sentido de prevenir as dificuldades surgidas, observando-os, refletindo sobre a natureza de suas manifestações e tomando decisões de caráter puramente pedagógico, tendo-se por base todos os tipos de avaliações do cotidiano, de modo particular as de caráter pedagógico.

Em suma, é indiscutível a relação entre avaliação da aprendizagem e democratização do ensino. É uma prática ancorada na busca da superação de tradições autoritárias e na participação da comunidade escolar, que requer transparência de ações, descentralização de poder e co-responsabilização nos erros e acertos do processo. Portanto, investigar esta questão significa considerar a Gestão Democrática e suas repercussões políticas, éticas e também pedagógicas como fundamental à vida das instituições escolares.

1.1 Avaliação como redefinição da prática pedagógica

A avaliação é uma prática extremamente decisiva, porque exige uma postura pedagógica que compreenda os problemas da/na aprendizagem como construções sociais e por isso influencia positiva ou negativamente na gestão da escola. Uma prática fundamental tanto para os professores quanto para os alunos e a comunidade escolar, uma vez que está intrinsecamente relacionada à destinação da proposta política pedagógica. Para o professor, a avaliação representa um papel fundamental, visto que é por intermédio da análise reflexiva dos avanços e dificuldades dos alunos que podem rever e redefinir sua prática pedagógica, tanto no que diz respeito a novas intervenções como na proposição de atividades e metodologias mais adequadas ao desenvolvimento dos alunos.

Franco (2001), defende a idéia de complementar as avaliações já existentes na educação com um estudo longitudinal que acompanhe uma amostra dos mesmos alunos ao longo do tempo para investigar os fatores escolares promotores de eficiência e de equidade. Para Melchior (1998, p. 43), a avaliação é “um instrumento que serve para o professor ajustar sua atuação no processo de ensino e

aprendizagem, reforçando os conteúdos que ainda não são de domínio dos alunos e realizando as adaptações curriculares necessárias”.

A avaliação escolar é o termômetro que permite avaliar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é alma do processo educacional. (...) O que queremos é sugerir meios e modos de tornar a avaliação mais justa, mais digna e humana. Para ela, a ideia de prova está, sem dúvida, presente, mas acredita que isso não chegue a ser um mal, na medida em que seja percebida como um estímulo para o progresso ou ainda, um indicador de que, não tendo acontecido a aprendizagem, deve-se tratar de utilizar novas estratégias (SANTANNA,1995, p. 7)

Percebe-se a dimensão da avaliação também, quando o aluno é confrontado com um professor que sente dificuldade de construir uma prática diferenciada de avaliação ou apresenta uma postura autoritária diante da mesma. Esse aluno, já com toda sorte de traumas e medos pelas mais diversas situações familiares e/ou experiências negativas absorvidas em anos anteriores, também encontra dificuldade e na maioria das vezes não supera seu medo ou enfrenta outras situações com confiança.

Neste sentido e em consonância com os educadores da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, Hoffman (1998, p.112), afirma que “o erro não é um pecado”, e explica que esses erros talvez não estejam limitados a uma esfera apenas, mas que podem ser de natureza diversa. E acrescenta:

[...] inútil tentar descrever o que não se viu, o que não foi trabalhado e nem motivo de reflexão. Assim, se o professor fizer apenas o registro das notas dos alunos nos trabalhos, ele não saberá descrever, após um tempo, quais foram as dificuldades que cada aluno apresentou, o que ele fez para auxiliá-lo a compreender aquele aspecto. Da mesma forma, o professor que só faz anotações dos alunos em termos de sua conduta, não poderá descrever outros aspectos do seu desenvolvimento. Registros significativos são construídos pelo professor ao longo do processo. Sua forma final é apenas uma síntese do que vem ocorrendo, uma representação do vivido (HOFFMAN, 1998, p. 112).

Considera-se também, outros contextos, como o da escola localizada no Bairro Romeu Duarte, em Nova Serrana/MG, que atende um número considerável de pais analfabetos, que vivem na condição de extrema pobreza acentuando com isso os problemas de ordem social, econômica e cultural. Esses filhos precisam de apoio afetivo, técnico e pedagógico. Nesse caso, é preciso por parte do professor uma

adequada formação, para que estabeleça uma reflexão sobre as respostas do aluno, considerar que todo e qualquer erro que ele cometa tenha o caráter construtivo.

Com efeito, se há uma relação de subjetividade dentro do contexto, a medida utilizada como pontuação avaliativa ou nota, é no mínimo, uma questão discutível do ponto de vista de atingir ou não o seu objetivo. Entende-se, por fim, que o professor precisa ter autonomia nos processos avaliativos. Mas, essa autonomia implica em “conhecimento”, ou seja, o professor precisa saber como se processa a aprendizagem para que ele possa fazer adequadamente as intervenções.

1.2 Avaliação como instrumento auxiliar de aprendizagem

A educação na atualidade não pretende mudar apenas os métodos de ensino, mas principalmente as concepções de avaliação. Seu caráter seletivo, vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série para outra ou de um grau para outro, deve assumir um caráter mediador, com novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar se os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos.

Quando se fala em avaliação do processo ensino aprendizagem, refere-se à verificação do nível de aprendizagem dos alunos, isto é, o que os alunos já dominam. Basicamente, a avaliação apresenta três funções: diagnosticar, controlar e classificar e relacionadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Para Luckesi, os instrumentos de avaliação são elaborados, executados e aplicados com certos princípios que são:

Medir resultados de aprendizagem claramente definidos, que estivessem em harmonia com os objetivos instrucionais; Medir uma amostra adequada dos resultados de aprendizagem e o conteúdo da matéria incluída na instrução; conter os tipo de itens que são mais adequados para medir os resultados de aprendizagem desejados; Ser planejados para se ajustar aos usos particulares a serem feitos dos resultados; Ser construídos tão fidedignos quanto possível e, em consequência, ser interpretados com cautela; Ser utilizados para melhorar a aprendizagem do sistema de ensino² (LUCKESI, 2003, p. 83).

² Princípios retirados de Norman Groulund, **Elaboração de testes de aproveitamento escolar**, São Paulo: EPU, 1974, p. 1-16.

Para que a avaliação diagnóstica possa acontecer, “é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica” afirma Luckesi (2003, p. 82), acrescentando que “o princípio que mais se aplica a esse tipo de avaliação é que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos”. Santos e Menezes (2010) definem a avaliação diagnóstica como:

Uma avaliação pedagógica e não punitiva, que vai além da prova clássica, cujo objetivo é contabilizar acertos e erros, conforme definido por Yves de laTaille, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Com a avaliação diagnóstica, o professor deve ser capaz de chegar à matriz do erro ou do acerto, interpretando a produção do aluno. De acordo com a avaliação diagnóstica, o professor precisa localizar, num determinado momento, em que etapa do processo de construção do conhecimento encontra-se o estudante e, em seguida, identificar as intervenções pedagógicas que são necessárias para estimular o seu progresso. Esse diagnóstico, onde se avalia a qualidade do erro ou do acerto, permite que o professor possa adequar suas estratégias de ensino às necessidades de cada aluno. A idéia de avaliação diagnóstica surgiu a partir da abolição da repetência no ensino fundamental nas escolas públicas, com a chamada progressão continuada, implantada com base nas recomendações contidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (MENEZES , 2010, p. 1).

Infere-se então, que a avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, como acontece na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos ou habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. É também utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los.

A escola Municipal Alice Cândida dos Santos trabalha com um olhar voltado para essas perspectivas de avaliações, sem perder de vista o seu maior foco que é a democracia e uma escola voltada para uma gestão democrática preocupa-se com a forma de avaliar, procura inovar, adaptar-se à realidade do aluno. É uma escola que incentiva a sua aprendizagem e a busca pelo conhecimento, assim como os subsídios para que possam se sentir cidadãos autônomos e participativos.

A avaliação formativa é aquela realizada durante todo o decorrer do período letivo com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo, ou não, os objetivos previstos e quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades. Assim,

a avaliação formativa visa, fundamentalmente, determinar se o aluno domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da instrução, porque antes de prosseguir para uma etapa subsequente de ensino-aprendizagem, os objetivos em questão, de uma ou de outra forma, devem ter seu alcance assegurado.

É, principalmente, através da avaliação formativa que o aluno conhece seus erros e acertos e encontra estímulo para um estudo sistemático. Essa modalidade de avaliação orienta tanto o estudo do aluno quanto o trabalho do professor e por isso pode ser utilizada como fonte de motivação, tendo efeitos altamente positivos e evitando as tensões que usualmente a avaliação causa.

Ela está muito ligada ao mecanismo de *feedback*, à medida que também permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. Nesse sentido, a avaliação pode servir como meio de controle de qualidade, para assegurar que cada ciclo novo de ensino-aprendizagem alcance resultados tão satisfatórios ou melhores que os anteriores.

A avaliação somativa tem função excludente, classificatória, se utilizada isoladamente. Realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecido, geralmente, tendo em vista sua promoção de uma série para outra ou de um grau para outro. Essas três formas de avaliação estão intimamente vinculadas, mas para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a eficácia do processo ensino-aprendizagem, não devem ser utilizadas isoladamente.

Além dos instrumentos normais de avaliação, espera-se que o professor desenvolva também uma “sensibilidade” em relação ao aluno e com empatia, captar o que ele precisa e o que dele se exige e considerá-lo, acima de tudo, como sujeito de toda aprendizagem. A avaliação nestes parâmetros permite alterações de procedimentos e se necessário, de objetivos, mudança de rumos ainda durante sua realização, acompanhando o aluno no seu processo de construção e nas suas relações interpessoais. Uma avaliação assim assume características verdadeiramente emancipatórias e democráticas.

2.0 AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA: uma prática em construção

O planejamento da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, hoje, considera a avaliação participativa relevante para se pensar a partir da realidade de uma sociedade globalizada e da comunidade em seu entorno e de acordo com (Khoury 2010), essa “democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica torne-se efetivamente uma prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo”. Para ilustrar essas considerações, Moacir Gadotti refere-se à questão da ética:

[...] um movimento com grande obra civilizatória de todos é indispensável para realizarmos essa outra globalização, essa planetarização, fundamentada em outros princípios éticos que não são baseados na exploração econômica, na dominação política e na exclusão social. O modo pelo qual vamos produzir nossa existência neste pequeno planeta, decidirá sobre sua vida ou sua morte, e a de todos os seus filhos e filhas (GADOTTI, 2003, p. 59).

E, em consonância com Gadotti...

A esperança na libertação não significa já, a libertação. É preciso lutar por ela, dentro de condições historicamente favoráveis. Se elas não existem, temos de pelear esperançadamente para criá-las. A libertação é possibilidade, não sina, nem destino, nem fado. Nesse contexto, se percebe a importância da educação da decisão, da ruptura, da opção, da ética, afinal. (FREIRE, 2001 *apud* LIMA, 2007, p. 109).

Todos esses princípios representam as reflexões realizadas durante o curso Formação de Gestores da Educação Básica, FAE/UFMG e levam, indiscutivelmente, ao conceito de qualidade. E qualidade significa “característica superior ou atributo distintivo positivo que faz alguém ou algo sobressair em relação a outros; virtude ou propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas, capaz de distingui-las uma das outras” (Houaiss, 2002).

De acordo com o mesmo autor, também pode representar “uma ideologia, um sistema de idéias, dogmaticamente organizado como instrumento de luta político-social, que reivindica a produção de bens e serviços voltados exclusivamente para o atendimento das necessidades do ser humano em sua luta pela sobrevivência” Dourado et al (2010) traz também a sua contribuição no sentido de identificar condições, dimensões e fatores fundamentais do entendimento do que seja uma educação de qualidade. Ressalta que:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de *insumos* considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação bem como a sua mediação por fatores e dimensões extra-escolares, bem como intra-escolares (DOURADO et al 2010, p.7).

O Projeto Político Pedagógico, elaborado pela equipe da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos e sua comunidade destaca-se pelo referencial de avaliação que se propõe e a realização de novas práticas. Nesta perspectiva faz-se necessário que a escola o implemente, transforme suas ideias em ações, tenha clareza e coerência entre a proposta a ser realizada e as vivências já existentes na comunidade e considere sempre que as mudanças sociais e educacionais ocorrem simultaneamente. Cada ação realizada na escola interfere na sociedade e vice versa, por isso é preciso que haja uma interação da escola com a comunidade em seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações não se pretendem conclusivas, mas destaca a importância das análises produzidas acerca da gestão democrática e a avaliação da aprendizagem no contexto da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos – Nova Serrana/MG, que teve como suporte uma revisão bibliográfica de qualidade. As indicações feitas ao longo do trabalho deixam claro, em primeiro lugar, que a avaliação tem sido considerada para a definição das ações e melhorias nesta escola e que os educadores desta instituição têm disponibilidade para a atividade avaliativa e se mobilizam para participar, além de se sentirem valorizados. Ressalta-se aqui a importância do gestor nesse processo e as relações estabelecidas no interior desta instituição.

Ressalta-se também, que se as concepções teóricas e práticas da educação, da escola, dos educadores e das famílias, traduzem o modelo democrático e participativo, a avaliação deixa de ser autoritária. Ou seja, repensar a teoria e a prática no sentido de mudar os padrões já estabelecidos, os controles formais e incentivar a autonomia das unidades que é, ainda, uma prática em construção. E o passo fundamental para redirecionar os caminhos dessa prática é valorizar o papel do gestor no processo. Uma gestão na qual a comunidade possa atuar em parceria, de acordo com os objetivos, possibilitando as mudanças necessárias para a construção de uma nova realidade.

A realidade mostra que é preciso evoluir no sentido de desenvolver ações desafiadoras que promovam a participação da comunidade, a contribuição e a troca de idéias entre escola e família, num movimento de superação e de compreensão dos fenômenos analisados e das descobertas feitas. O processo avaliativo mediador que também foi analisado, propõe ao gestor desta escola uma prática consciente com a construção de novos patamares conceituais, uma vez que esta perspectiva de avaliação opõe-se ao modelo classificatório de transmitir e atribuir conceitos.

Em suma, a escola pode aperfeiçoar seu sistema de avaliação e aprofundar a organização e o funcionamento de mecanismos já existentes, como reuniões, Conselhos, atendimentos individualizados e outros. Investir na avaliação mediadora,

enquanto um acompanhamento permanente, contínuo e gradativo da aprendizagem, para que possa refletir, naturalmente, nos resultados e na postura dos sujeitos da aprendizagem.

Mas vale lembrar que essa prática desvinculada de reflexões sobre concepções em avaliação em nada contribui para esta prática mediadora. Vale lembrar também, que a avaliação desenvolvida nesta escola tem potencial para se constituir em elemento constitutivo da gestão democrática e a participação da comunidade é o principal meio de assegurar esse tipo de gestão. Ela possibilita o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar, bem como um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e da dinâmica das relações da escola com a comunidade.

Conclui-se, portanto, que não há possibilidade de transformar os rumos da avaliação, fazendo-a permanecer no bojo de um modelo social e de uma pedagogia que não permite esse encaminhamento, mas para pesquisas futuras, a sugestão é ampliar o escopo deste estudo. Pesquisar a avaliação da aprendizagem e descobrir como a Gestão democrática, tema central do Curso Formação de Gestores, se desenha cotidianamente em instituições novasserranenses, de preferência após a implementação do PPP - Projeto Político Pedagógico, instrumento imprescindível para gerar práticas educativas mais acertadas e condizentes com a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996.

DOURADO et al (2010). **A qualidade da educação: conceitos e definições** Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br>. Acesso em 15 de nov. de 2010.

FRANCO, Cresoet. *al.* (ORG.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001, 169p.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HOFFMANN, J. **Contos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 2. ed., Porto Alegre: Mediação, 1998.

HOUAISS, Antônio et. al. **Dicionário eletrônico Houssais da língua portuguesa**. Versão 1.010. São Paulo: Objetiva, 2002.

KHOURY, Carla Georges. **A importância do processo de gestão democrática para o desenvolvimento sócio-moral da criança**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br> Acesso em 15 de nov. de 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a administração escolar: a busca de um sentido**. Brasília, Livber, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 9. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. Editora: Cortez, ISBN: 8524905506, 2003;

MELCHIOR, Maria Celina. **O Sucesso Escolar Através da Avaliação e da Recuperação**. Novo Hamburgo :SineNomine, 1998.

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "Avaliação diagnóstica" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Editora, 2002, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br>. Acesso em 15/11/2010.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. **Projeto Político-Pedagógico: caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente**. In: Revista Pátio, N°25, Ano VII, Fev/Abril 2003 .

SANTANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e Instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995, 137p.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Construção da Cidadania

**ANDRÉA APARECIDA RESENDE FERREIRA
ILMA VITOR MARTINS CABRAL
LILIMAR GONTIJO DA SILVA
MARIA LETÍCIA PEREIRA**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Construção da Cidadania

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos.

Orientação: Pr^a Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
3. CURRÍCULO.....	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXOS	31

INTRODUÇÃO

“A um homem nada se pode ensinar. Tudo que devemos fazer é ajudá – lo a encontrar as coisas que procura dentro de si próprio”.

GALILEU GALILEI

Construir o Projeto Político Pedagógico é projetar o sonho da comunidade escolar, mas para que esse sonho se torne realidade, fazem-se necessário a elaboração de editais, assembléias, pesquisas de campo com alunos, pais e profissionais da educação. Partindo dessa premissa e da avaliação sobre a realidade da escola e da necessidade de enfrentar os desafios da modernidade, de constantes mudanças e grandes avanços, foi realizado com todos os segmentos da escola, o PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos. Documento esse, que mostra a sua identidade e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos, na qual se compartilham crenças, desejos, valores e concepções. É um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento preveem a participação de toda a comunidade escolar.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

Após a promulgação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9394/96)- que regulamenta a Constituição Federal, no âmbito da gestão democrática, inicia-se oficialmente nas escolas a prática concreta de construção do PPP – Projeto Político Pedagógico. Com o objetivo de buscar a qualidade do ensino na escola pública essa construção acontece também na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos. Esta unidade pertence à rede Municipal de Ensino, está situada à Rua Geraldo Pinto do Amaral, s/nº, Bairro Romeu Duarte na cidade de

Nova Serrana – MG, CEP: 35519-000 telefone (37) 3221428, E-mail: emalicecandida@hotmail.com, localizada na zona Urbana com CNPJ: 01.925.707/0001-71, pertence à 12ª Superintendência Regional de Divinópolis.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos foi inaugurada no ano de mil novecentos e noventa e quatro. Surgiu da necessidade de atender o Bairro Romeu Duarte e adjacências, devido ao progresso e crescimento demográfico da cidade. O prédio encontra-se em bom estado de conservação, com boa ventilação e iluminação. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, tendo os projetos PAV – Projeto Acelerar para Vencer e EJA – Educação de Jovens e Adultos em nível de alfabetização.

A Gestão da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos possui como característica uma gestão democrática e participativa que busca uma visão ideal de sociedade e formação humana para o pleno exercício da cidadania. O processo de escolha do gestor é feito através de indicação pelo Prefeito Municipal juntamente com a secretária de educação observando critérios pré-estabelecidos pela SME – Secretaria Municipal de Educação. A gestão tem como parceria o conselho escolar que é composto por membros de vários segmentos da comunidade local, escolar e pelo grêmio estudantil; garantindo assim uma adequada aplicação dos recursos destinados à escola. Esse possibilita um planejamento e estabelecimento de prioridades para a escola e toda comunidade escolar.

O Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil têm ampla autonomia nas decisões quanto ao acompanhamento, avaliação e à aplicação dos recursos e dos repasses feito pelos sistemas Federais, Estaduais e Municipais. Esse processo deve ser fruto de discussões e deliberações feitas por parte dos diferentes membros da comunidade escolar. Conforme Oliveira (2010), “A construção do projeto político pedagógico da escola traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

Considerando essa afirmativa, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos desenvolve formas democráticas de organização, gestão e funcionamento. Dá atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos

e à melhoria das relações de trabalho em seu interior e para ajudar no desenvolvimento do trabalho. Conta com uma equipe formada por oitenta e cinco funcionários. A escola possui um quadro de novecentos e oitenta e um alunos até o presente momento, divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A rede física é dividida em dois blocos e é composta por uma sala para a diretoria; uma secretaria bem instalada e de fácil acesso; uma biblioteca com acervo bibliográfico adequado que atende aos alunos e professores da escola e a clientela do bairro; um laboratório de informática equipada com dezoito computadores modernos e acesso a internet e atendimento oferecido em contra-turno; uma sala para os professores com dois banheiros, sendo um masculino e um feminino; uma sala para o psicopedagogo contendo materiais pedagógicos para que seu atendimento seja adequado; uma sala para a equipe pedagógica; treze salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros; uma cantina bem estruturada; um refeitório com duas mesas grandes de ardósia para que os alunos tenham um bom momento de refeição.

A escola trabalha em parceria com a comunidade e é usada também em contra-turno para oficinas de crochê, bordado, futsal, dança vôlei, atletismo, capoeira e outras modalidades. Conta ainda com uma sala para recuperação de aprendizagem; almoxarifado; quatro banheiros separados por sexo, com boas condições de funcionamento, adaptados para os sujeitos portadores de necessidades especiais e escovódromo. Possui uma quadra esportiva, sem cobertura, que atende à comunidade durante toda a semana, mas não possui ainda um laboratório de ciências e a sala de multimeios.

A escola atende um número considerável de pais analfabetos, que vivem na condição de extrema pobreza e acentuam com isso os problemas de ordem social, econômica e cultural. A equipe da SME (Secretária Municipal de Educação) trabalha conjuntamente com a escola oferecendo apoio técnico e pedagógico. Conta também com o CRAEI (Centro de Referência e Apoio a Educação Inclusiva) que atende as escolas municipais com especialistas como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogas, assistente social, psicopedagogas e pedagogas.

A escola está situada na Cidade de Nova Serrana – Capital Nacional do Calçado Esportivo. Razão pela qual há uma constante imigração de pessoas oriundas de vários estados do Brasil. A imigração se dá pela grande oferta de empregos oferecida pelas indústrias calçadistas a essas famílias, onde retiram seu sustento. Em contrapartida, o desenvolvimento gera na cidade um grande índice de criminalidade devido à violência, alcoolismo, prostituição, drogas e assaltos.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que contribua para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, através da reflexão, construção e disseminação do conhecimento e leitura de mundo. Um processo contínuo de aprendizado que envolve professores, alunos, funcionários e toda a comunidade escolar.

Em pleno século XXI é emergente a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletiva, que ofereça subsídios para vencer as barreiras e entraves que viabilizem a construção de uma escola pública de qualidade, que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania. O fortalecimento de uma educação nessa perspectiva exige ações no campo individual, mas, essencialmente, de ações coletivas.

A elaboração desse Projeto Político Pedagógico representa esse fortalecimento, uma vez que possibilita o desenvolvimento da consciência das famílias, alunos e profissionais envolvidos, através da reflexão sobre os diferentes temas que o compõe e sobre a importância histórica dessa prática para a elaboração de diferentes propostas de mudança. Uma escola que representa o instrumento real de transformação social.

Mas sabe-se que a escola sozinha não consegue enfrentar a tarefa de formar o cidadão, uma vez que essa formação vai além de seus muros. Ela é forjada no dia-a-dia da relação entre os sujeitos no interior da escola, na relação da escola com a família e com toda comunidade escolar, a exemplo da elaboração desse projeto, que tem apresentado contribuições relevantes nesse processo. Daí, a necessidade de sua implementação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. Quem ensina, aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

PAULO FREIRE

Explicitar a finalidade da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, significa estabelecer a razão de ser e o sentido social dessa instituição. Para tanto, é necessário que os professores compreendam a sua especificidade, que tem como centro as crianças e adolescentes que devem ser vistos como sujeitos de direitos e cuidados e à educação em complementação à ação da família e da comunidade.

A Escola busca desenvolver nos alunos dentro de suas diversidades culturais capacidades cognitivas, afetivas, estruturais, físicas e de responsabilidades individuais no âmbito social, preparando os mesmos para o pleno exercício da democracia com visão de cidadania que busca seus direitos e deveres. Para cumprir essa finalidade, é necessário definir o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, respeitando a integralidade desse processo, nas suas várias dimensões.

Na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) deve-se levar em conta que as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional são consideradas instituições educativas de caráter coletivo, cujo papel social é cuidar, educar, orientar, ensinar e possibilitar que o outro se aproprie de conhecimentos. É um compromisso com a cidadania.

Dentro dos desafios que se apresentam à vida moderna, a educação se constitui no mais complexo compromisso com que se depara a família. A tarefa de educar é primordialmente a tarefa de selecionar, organizar e cristalizar valores no educando. Todos querem filhos honestos, de caráter ameno e de natureza tolerante. Todos buscam educar seus filhos para o bem comum, a autonomia e a independência em todos os sentidos. (ABDALLA, 2000, p.11)

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, zela pela permanência do aluno, almejando sempre pelo seu lado cultural, político, social, profissional e humano. Visa formar alunos conscientes, críticos para a construção de uma sociedade melhor e mais justa. A evasão é uma preocupação constante, por isso a escola procura informar aos familiares sobre a ausência dos alunos pelo período de três dias consecutivos através de documentação formalizada. Se o problema persistir é acionado o Conselho Tutelar da cidade para que ajude a trazer o aluno novamente para o convívio escolar.

Quanto ao desempenho dos alunos, são feitas reuniões bimestralmente com as famílias juntamente com toda a equipe pedagógica sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com isso busca-se o incentivo e a participação na vida escolar de seus filhos, gerando um bom entrosamento entre escola/família/comunidade.

[...] Todos os membros da comunidade escolar são capazes de perceber e refletir sobre as conexões e a sua realidade local e as questões sociais mais amplas, sobre as suas expectativas e dominantes no conjunto da sociedade, sobre os conflitos de interesse produzidos por uma sociedade marcada por tantas desigualdades como a nossa.[...] (MASAGÃO, 2005, p. 247).

A instituição busca preservar os valores sociais, éticos e morais que foram se perdendo com a sociedade moderna e com o progresso; retendo, discutindo, cristalizando valores que a própria família já não tem condições de identificar. A escola se ocupa, também, em desenvolver conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Para tanto, deve ser um espaço de formação e informação em que a aprendizagem favoreça a inserção do aluno, no dia-a-dia das questões sociais marcantes, em um universo cultural maior, para que desenvolva também enquanto cidadão.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura geral do sistema educacional decorre da aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que se vincula às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como às respectivas Emendas Constitucionais em vigor. A escola dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As administrativas asseguram a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. As pedagógicas referem-se às interações políticas, às questões de ensino/aprendizagem e às de currículo.

A concepção de um projeto deve apresentar características tais como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p. 11),

A autora aponta a necessidade de uma educação voltada para a cidadania, uma educação realmente democrática e que prima pela qualidade. O papel do professor é realizar as mediações necessárias para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo. Acredita-se, que ao trabalhar com a pedagogia de projetos o aluno aprende no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, novas descobertas, compreensão e reconstrução do conhecimento. Portanto, o Entre os projetos que mais se destacam na Escola Municipal Alice Cândida Santos, estão os projetos Jovens Construindo a Cidadania; Construindo Valores; Dança e Festival da Língua Portuguesa.

Na esfera social, a escola intervém junto às famílias carentes ofertando consultas oftalmológicas e também ajudando na aquisição de óculos para os deficientes visuais e consultas neurológicas para os alunos que apresentam déficit na aprendizagem. No ano de dois mil e nove, recebeu o prêmio por participar da III Conferência Infante – Juvenil pelo Meio Ambiente na cidade de Brasília com o Projeto de Preservação do Meio Ambiente das Adjacências do Bairro Romeu Duarte.

Para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem é oferecido em contra - turno aulas de reforço de Português e Matemática, com os professores de recuperação; e também aulas no laboratório de informática, através do Projeto Incluir; com um programa específico para alfabetização. E para buscar melhor aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, a escola promove cursos de capacitação para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e do ensino aprendizagem. A partir daí (re) elabora o PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) buscando sanar as defasagens da aprendizagem e identifica e avalia as práticas pedagógicas dos docentes.

Semanalmente, a equipe Pedagógica se reúne com todos os profissionais regentes (Módulo II) para discutir e avaliar os PCNs(Parâmetros Curriculares Nacionais), CBC (Conteúdo Básico Comum), Currículo, Regimento Interno, PPP(Projeto Político Pedagógico), PP(Proposta Pedagógica), os cadernos do CEALE(Centro de Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita da UFMG) e Guia do Professor Alfabetizador . O objetivo é planejar suas atividades pedagógicas e executar de acordo com as exigências curriculares estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Analisar e compreender essa estrutura significa indagar sobre suas características administrativas e pedagógicas. Avaliar significa questionar os pressupostos que embasam a sua estrutura e que viabiliza a formação de cidadãos aptos a criar ou modificar a realidade social.

Dessa forma, a estrutura da Escola Municipal Alice cândida dos Santos, se organiza. Na direção geral encontra-se a gestora e dois vices, que estabelecem medidas administrativas, técnicas e de serviços gerais necessários para organização e funcionamento. Conta com três pedagogos divididos em três turnos responsáveis pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Acompanham e ajudam promover a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, religiosa, social e política. Trabalham em consenso numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica, ajuda aos professores nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, no currículo, avaliação e recuperação dos alunos.

Na secretaria/tesouraria, a escola conta com uma secretária e cinco auxiliares de educação que realizam todo o serviço de escrituração financeira, documentação escolar, organização da vida funcional do corpo docente, discente e técnico/administrativo, bem como arquivo e expedição de correspondência comercial. Na equipe técnico/administrativa, são três auxiliares de biblioteca, quinze auxiliares de serviços gerais, dois porteiros, um vigia, dois monitores responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio.

Para compor o corpo docente, a escola conta com três professores para o uso da biblioteca, dois professores de Educação Infantil, quinze professores regentes de turma do 1º ao 5º ano, dois professores recuperadores, dois professores eventuais em substituição aos professores regentes, dois professores para o laboratório de informática e vinte e um professores do 6º ao 9º ano. Esses profissionais têm como função orientar, promover o processo ensino/aprendizagem, planejar e avaliar buscando sempre a efetivação da aprendizagem. Atuam como profissionais e cidadãos que interferem na realidade econômica, cultural, política e social.

A equipe administrativa assegura a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Os recursos humanos são geridos pela SME – Secretária Municipal de Educação, os recursos físicos e financeiros são recursos destinados pelo PDDE - Plano de Desenvolvimento da Educação Básica e do PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola e são geridos pelos membros do Caixa Escolar e do Colegiado através de reuniões com representantes de todos os segmentos da escola, visando sempre às melhores condições de aprendizagem e de qualidade na educação da escola.

[...] a construção coletiva do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola colocada em ação pelo empenho e pela capacidade e habilidade do coletivo da escola determinarão certamente a configuração de um PDE rico e dinâmico, verdadeiro instrumento propulsor de mudanças e de gestão escolar democrática. (BRASIL, SEE-MG, 1997,p.5)

Com a liberação dos recursos do PDE(Plano de Desenvolvimento da Escola) no início do ano de dois mil e dez, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos realiza reformas e ampliações na secretaria e no laboratório de informática para atender

melhor a demanda da comunidade escolar e a oferta do governo Federal de dezoito novos computadores. No período, acontece também a ampliação do acervo pedagógico, bibliográfico e dos mobiliários.

A arquitetura do prédio não se encontra mais danificada, com vazamentos, goteiras e pintura desgastada como antes e falta de rampas para acolher sujeitos com necessidades especiais. Após uma avaliação juntamente com o Conselho Escolar, tornou-se viável a reforma do prédio, tornando a instituição mais confortável, atraente e dentro dos padrões de acessibilidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento escolar é constituído a partir do reconhecimento das questões que são do interesse social e da sua reflexão, tendo como referência a organização da própria escola. Uma organização que possibilita a participação e a construção pelo aluno e pela comunidade, com objetivos cooperativamente definidos, construídos e avaliados pelo grupo. Uma organização que prioriza a formação para a cidadania.

3. CURRÍCULO

O currículo deve ser entendido como prática pedagógica e ganha sua concretude no fazer pedagógico, isto significa que ele precisa ter como pressuposto os princípios estabelecidos no PPP (Projeto Político Pedagógico) construído coletivamente. Essa compreensão do currículo como processo e não como um documento prescrito e encerrado, desafia os educadores no sentido da busca dialógica entre o conhecimento sistematizado e a realidade socioeconômica e cultural na qual a instituição escolar está inserida. Ele deve ser voltado para a realidade dos alunos tendo como característica principal a construção histórico-social. Por isso, não pode ser visto como um produto final, mas sempre em transformação.

O Currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionados aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o Currículo, evidentemente, é algo que se constrói, seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura. (LOPES, 2000, p.19).

As legislações que fazem referência ao Plano Curricular da Escola Municipal Alice Cândida, são as seguintes: Lei 12.767/98, sobre os Direitos Humanos, integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum; Lei 9795/99, Educação Ambiental, integrada aos componentes Curriculares Geografia e Ciências; Lei 13.411/99, sobre uso de Drogas, dependência química que permeiam o conteúdo de Ciências; Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08, História e Cultura Afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros que permeiam todos os conteúdos em especial, Arte, História e Língua Portuguesa; Lei 12491/97, Orientação Sexual trabalhada no conteúdo de Ciências; Lei 11525/07 e Res. SEE nº 137/09 com os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

O Plano Curricular desta instituição está organizado no nível de Ensino da Educação Infantil, turno diurno, de cinco anos de idade, tendo como eixo de trabalho a Formação Pessoal e Social, Conhecimentos de Mundo, Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade

e Matemática, perfazendo um total de vinte aulas semanais e oitocentas horas anuais. São destinados quinze minutos ao dia para o recreio resultando em cinquenta horas/ano com um total geral de oitocentas e cinquenta horas anuais. A duração do módulo/aula é de sessenta minutos, com duzentos dias letivos, quarenta semanas anuais, cinco dias semanais e a duração do turno é de quatro horas e quinze minutos.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental de nove anos do turno diurno e noturno está definido nos anos iniciais do Ciclo de Alfabetização, complementar e anos Finais na Base Nacional Comum. São oferecidas cinco aulas de Língua Portuguesa para o primeiro ano e do sexto ao nono. Do segundo ao quinto ano são seis aulas. O Componente Curricular de Matemática apresenta com cinco aulas do primeiro, quarto até ao nono ano e o segundo e terceiro anos são seis aulas.

A área de Ciências se apresenta com duas aulas no primeiro ano, três aulas do segundo ao quinto e oitavo e nono anos, quatro aulas para o sexto e sétimo anos. Nos conteúdos de Geografia e História nos anos iniciais é de duas aulas e nos anos finais são três aulas. A área de Educação Religiosa se apresenta com uma aula nos anos iniciais e finais; o conteúdo de Artes se apresenta com uma aula nos anos iniciais e somente uma no oitavo e nono anos; o conteúdo de Educação Física se apresenta com duas aulas da Educação Infantil ao nono ano.

O Currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SANCRISTAN, 1998, p.17).

Na Parte diversificada do currículo, o conteúdo de Língua Estrangeira Moderna, o Inglês, se apresenta com uma aula no quarto e quinto anos e duas aulas do sexto ao nono ano. A música e psicomotricidade se apresentam com duas aulas só no primeiro ano. O conteúdo de Natureza e Sociedade se apresenta com uma aula semanal, só no primeiro ano. A carga horária é de vinte cinco aulas semanais, oitocentas horas/aulas anuais do primeiro ao quinto ano e oitocentos e trinta e três

horas e vinte minutos do sexto ao nono, perfazendo um total de duzentos dias letivos, sendo quarenta semanas com cinco dias.

A Escola atende ao Projeto Acelerar para Vencer com uma grade Curricular de duzentos dias letivos, quarenta semanas, cinquenta minutos de módulo/aula, vinte e quatro aulas semanais com oitocentas horas anuais. Dentro das áreas de Conhecimento, temos os componentes curriculares de Língua Portuguesa com sete aulas no primeiro e segundo períodos. O conteúdo de Matemática apresenta sete aulas no primeiro período e seis no segundo. O conteúdo de Ciências apresenta três aulas no primeiro período e duas aulas no segundo período. O conteúdo de Geografia e História apresenta duas aulas no primeiro e segundo períodos. Os conteúdos de Educação Física, Artes e Ensino Religioso se apresentam com uma aula semanal no primeiro e segundo períodos. O conteúdo de Língua Estrangeira – inglês apresenta duas aulas no segundo período.

Apesar do currículo não ser elaborado dentro da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, ele é visto como um importante instrumento em constante transformação sendo eficaz dentro das políticas pedagógicas da escola cabendo a todos os membros da Comunidade Escolar analisar, avaliar e modificar de forma que ele seja adaptado à realidade da instituição. É um documento flexível, sujeito às mudanças e reflete a concepção de educação. (Anexo A)

Construir o currículo não é tarefa fácil e certamente requer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação. É necessário que o docente se disponha, se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados, para que o currículo não seja lançado de cima para baixo nas escolas, determinado pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote [...], conforme afirma Moreira (2010).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Tempo escolar representa o tempo que o aluno passa numa instituição. Esse tempo deve ser organizado para evitar o desperdício e ser usado de forma construtiva para diminuir a fadiga e a ansiedade. O bom uso do tempo deve ser de primordial importância, porque não são as horas trabalhadas que irão fazer a diferença, mas sim a clareza dos objetivos propostos, por isso a escola deve elaborar com frequência atividades extracurriculares.

Tanto o tempo quanto os espaços da escola refletem as crenças, desejos, anseios e as metas do grupo e ambos fazem parte da ordem escolar. Assim, a escola precisa delimitar ou controlar em anos, ciclos, séries, horários, relógios, sinais, pátios, trabalhos em grupo ou individual, etc. Deve ser entendido como um instrumento importante no ensino aprendizagem.

A organização social do tempo é um elemento que reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentro do meio de organização do tempo social destaca – se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p.1015).

A divisão do tempo escolar na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos é feita com toda a equipe da SME (Secretaria Municipal de Educação) gestores da rede municipal e estadual, equipe pedagógica, representantes de pais e alunos para a elaboração do calendário escolar anual. Ele é composto de duzentos dias letivos, com oitocentas horas/aula da Educação Infantil ao quinto ano e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono ano, onde é previsto início e término do ano letivo com trinta dias de férias escolares, feriados, recessos, festa junina, momento cívico, dia escolar para treinamento e planejamento pedagógico.

O tempo escolar é, portanto, concomitantemente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizativo. Podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educacional já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente (FRAGO, 1995).

A construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Alice Cândida dos Santos, leva em conta o conhecimento da comunidade escolar em ciclos e anos e é marcado por períodos fixos. Ao final de cada ciclo e de acordo com o Regimento Escolar há retenção no terceiro, quinto e nono anos, depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação paralela, final e progressão parcial. As turmas são agrupadas obedecendo a critérios como idade, nível de escolaridade e de aprendizagem, procurando formar grupos heterogêneos para valorizar a diversidade cultural.

O calendário dessa instituição está organizado com cento e dez dias no primeiro semestre, noventa dias letivos no segundo semestre, quatro dias escolares perfazendo um total de duzentos e quatro dias compondo o ano escolar. (Anexo B) A duração do módulo/aula do primeiro ao quinto ano é de quarenta e oito minutos com um recreio de dez minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e dez minutos. O módulo/aula do sexto ao nono ano é de cinqüenta minutos com recreio de dez minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e vinte e cinco minutos e as aulas de Educação Infantil têm a duração de quatro horas e quinze minutos com um recreio de quinze minutos.

A equipe pedagógica se reúne semanalmente para estudar e planejar atividades da semana e trocas de experiências. Estudar os cadernos do CEALE (Centro de Alfabetização Leitura e Escrita), Guia do alfabetizador, CBC (Currículo Básico Comum) e outros. Enfim, espaço e tempo são duas dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no âmbito dessa instituição.

Nessa perspectiva, o espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, representam uma construção social que expressa as relações que neles se desenvolvem, exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

É de fundamental importância que se articule no interior da escola, o envolvimento de todos os participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas para que o PPP(Projeto Político Pedagógico) e o PDE(Plano Desenvolvimento da Escola) torne a gestão democrática, verdadeiramente efetiva. Essa participação somente ocorre se houver uma integração da escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é à busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

O autor lembra que para realizar um ensino de qualidade e cumprir suas finalidades, as escolas têm que romper com a atual forma de organização burocrática que regula o trabalho pedagógico, pela conformidade às regras fixadas, pela obediência às leis e diretrizes emanadas do poder central e pela união entre os que pensam e executam e ao controle hierárquico que enfatizam o tempo, a ordem e a disciplina.

A Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, tem procurado ao longo de seus dezesseis anos, envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos, priorizando a todos os projetos que tem iniciativa na escola, na SME – Secretaria Municipal de Educação, no governo Municipal, Estadual e Federal.

Todos os envolvidos da comunidade escolar participam das assembleias, reuniões, palestras, entrega de resultados bimestrais tornando assim a gestão participativa e democrática.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que

sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

Na construção do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, documento que também exige participação e envolvimento da comunidade, a equipe gestora passou por momentos de ansiedade até que o MEC ofereceu um curso de capacitação na cidade de Cláudio – Minas Gerais, para sanar as dúvidas e compreender o processo de sua elaboração e conclusão. Após a formação, houve melhor compreensão e apropriação do conhecimento em relação ao mesmo. A equipe se encontrava semanalmente com documentação formalizada para a elaboração e análise dos critérios de eficácia escolar. Analisou o perfil e funcionamento da escola através de uma avaliação estratégica.

O PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos inicia-se com entrevistas aos alunos, pais, corpo docente, administrativo e pedagógico. De posse de todas as informações, a equipe e os demais membros da comunidade escolar se encontram também semanalmente para discutir, organizar e avaliar os processos e etapas de elaboração do documento, buscando sempre consenso nas tomadas de decisão. Na elaboração deste documento, percebe-se que o Conselho Escolar tem um forte poder de decisão em relação às questões cotidianas e também em relação à estrutura política e financeira, participando das reuniões mensais para deliberação e aprovação de prestação de contas relativas ao PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola e PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola.

O Conselho é formado por representantes de todas as esferas: administrativa, pedagógica e financeira, por pais, professores e alunos e, é responsável pelas decisões e pela garantia de uma prática pedagógica eficiente. Esta instituição conta também com o grêmio Estudantil; iniciativa que cresce com o projeto JCC – Jovens Construindo a Cidadania _ composto por alunos do sexto ao nono ano e tem estimulado a participação nos processos de decisão da escola. Eles se reúnem semanalmente para discutir e elaborar suas ações que sempre estão voltadas para o desenvolvimento afetivo/social da escola. As decisões tomadas no interior da escola, por sua vez, são socializadas com os demais envolvidos no processo

educativo. Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores, pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”.

O Conselho de Classe é composto pela gestora que é um cargo de confiança indicado pelo Prefeito Municipal, equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para intervir no processo ensino/aprendizagem buscando possíveis soluções para sanar as deficiências.

O Caixa Escolar, que também caracteriza os processos de decisão da escola, é composto por membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro) de vários segmentos desta instituição e da comunidade escolar. Tem como função avaliar, deliberar, fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola _ e tem como membros um presidente representado pela gestora, um vice - presidente, três conselheiros deliberativos, três conselheiros fiscais, e uma secretária.

Ao final de cada semestre é feita uma avaliação da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos com todos os funcionários presentes com documentação formalizada. O Conselho de Avaliação de Desempenho Profissional tem a finalidade de avaliar os funcionários e é composto por membros efetivos e suplentes que já tenham passado do estágio probatório com ata lavrada. Tem como membros: o gestor, o vice–diretor, um representante da equipe pedagógica por turno, um secretário, dois representantes de professores por turno, um funcionário por setor. Enfim, nas tomadas de decisões da escola é preciso a participação consciente com um pleno exercício democrático, onde os espaços são conquistados dia após dia, como uma luta constante, um processo inacabado, como desejo a ser realizado.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva um ensino/aprendizagem de qualidade. Afinal a comunidade escolar participa constantemente de grupos sociais diferenciados e precisa manter uma interação social compartilhada. Cada indivíduo é uma personalidade que influi no comportamento e atitudes uns dos outros e mantém contatos. É exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

Na escola democrática, o trabalho dos profissionais da educação deve ser coletivo e de qualidade. Não há espaço mais para o individualismo, mas para o trabalho integrado e isso implica mudanças radicais que passam pela formação do professor, pela concepção do trabalho pedagógico e transforma substantivamente, a rotina da escola. De acordo com Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola.

Impossível falar em qualidade de ensino sem falar da formação do professor e neste sentido, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possui em seu quadro oitenta por cento de seus funcionários com graduação, e cinquenta por cento de pós-graduação, os demais estão em processo de formação.

O bom relacionamento e a motivação no trabalho são também muito importantes. Às vezes se depara com o cansaço, o desânimo e motivar é sempre fundamental para a construção de novas formas de relações, com espaços abertos à reflexão e ao

diálogo entre os diversos segmentos da escola para que juntos possam alcançar a meta desejada. Traçando esse objetivo, a Escola Municipal Alice Cândida dos Santos promove cursos de capacitação para os profissionais da educação e o objetivo é elevar a auto-estima e melhorar as relações para que estas se pautem na solidariedade, reciprocidade, respeito e participação coletiva.

Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos nessas relações são definidos de forma democrática e coletiva na escola em estudo. Afinal, uma relação de trabalho não pode ser solitária, precisa de uma pequena dose de competitividade, na qual o diálogo e a cooperação são importantes para o desenvolvimento do trabalho. O papel do gestor nesse caso é fazer com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia de forma democrática e colegiada.

Sabe-se da necessidade de aprimorar cada vez mais a interação família/escola através de projetos que envolvem a comunidade a participar da vida da criança na escola. Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano com palestras cujos temas são direcionados às relações familiares e na ocasião também esclarece quanto ao nível de aprendizagem e relacionamento dos seus filhos. As famílias participam também dos eventos tradicionais como a festa junina, festa da família e outras.

Para resolver os conflitos entre funcionários, a gestora reúne com sua equipe e funcionário em particular onde é exposta a situação, buscando juntos, as possíveis soluções. E se for necessário uma segunda conversa, ela é registrada em ata. Se ainda assim o problema persistir, o funcionário assina uma advertência e é encaminhado para a SME – Secretaria Municipal de Educação – para que o problema seja solucionado. Conforme Vasconcelos, apud Freire (2005 p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Quando acontecem conflitos entre alunos/alunos e professores/alunos a gestora reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais são comunicados e, juntamente com a gestora, tentam solucionar o problema registrando o fato no livro de ocorrências e se ainda assim o problema persistir, é informado aos pais sobre a suspensão do aluno por dois dias consecutivos, com documentação formalizada e dentro das normas previstas no Regimento Escolar. Mas somente em casos de extrema necessidade.

A escola hoje não representa um espaço educacional isolado. Enquanto instituição precisa buscar parcerias visando à integração escola e comunidade e os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos.

7. AVALIAÇÃO

*Mudar a avaliação significa,
provavelmente, mudar a escola*

PHILIPPE PERRENOUD

A definição do termo “avaliação” presente na Lei nº 9394/96 LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é demasiadamente ampla. No contexto contemporâneo da educação brasileira, a avaliação realiza-se em diferentes instâncias do sistema educacional e apresenta várias modalidades e dimensões variadas que lhe confere múltiplos significados e imprime caráter complexo e contraditório ao termo:

Entre as várias modalidades que compõem o conjunto de práticas avaliativas no campo da “avaliação” destacam-se a “avaliação sistêmica” realizada no âmbito dos sistemas de ensino, a “avaliação do desempenho profissional e institucional”, destinada às instituições e aos profissionais da educação, e a “avaliação escolar ou pedagógica” que pode ser analisada de acordo com o debate contemporâneo sobre esse tema, com base em duas perspectivas teóricas divergentes, a saber: a “avaliação classificatória” e “avaliação formativa”. É para essa última modalidade de avaliação que converge a atenção de grande parte dos educadores e pesquisadores em educação, por caracteriza-se como uma das ações centrais do processo ensino aprendizagem. (BRASIL, s.d. p. 380)

A avaliação interna é a avaliação realizada na sala de aula, pelo professor, buscando informações sobre cada aluno e sobre a turma de um modo geral, tendo à disposição vários instrumentos de avaliação como a observação, teste ou prova, a participação dos alunos nas atividades individuais e coletivas, o que permite a intervenção pedagógica imediata e a aprendizagem no tempo real. Ao final das etapas do ano letivo deve atribuir aos alunos uma nota ou conceito que é uma somatória de cada um dos instrumentos usados.

Quando se fala em avaliação, a primeira impressão que dá é de uma sala cheia de alunos fazendo provas. Porém, essa não é uma prática apenas escolar. A avaliação é um processo que faz parte da vida. Quando o sujeito recebe um elogio ou uma crítica é porque é avaliado em alguma coisa. Podem-se avaliar várias coisas em uma pessoa, como o comportamento, a maneira como se organiza, seu jeito de falar

e de agir, onde são criados (pré) conceitos sobre esta pessoa, causados pelas impressões que a mesma transmite.

Na Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, a avaliação se faz presente e necessária, como forma de “medir” o aprendizado do aluno de forma individual e coletiva através de provas, exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, testes, entre outros. A avaliação da aprendizagem é feita de forma participativa, contínua, diagnóstica, formativa, somativa e de forma democrática.

O gestor da escola deve assegurar o cumprimento, pelos educadores, da Resolução SEE/MG nº. 521/2004, que orienta o processo de avaliação: na exigência do aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas oferecidas no ano letivo; garantia da Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo da Alfabetização; Novas Oportunidades de Aprendizagem, tais como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias. (BRASIL, s.d. p. 41)

A avaliação externa utiliza instrumentos elaborados fora da escola e tem como objetivo identificar as desigualdades educacionais, fornecer subsídios para reformas e políticas educacionais e promover a melhoria do ensino e as políticas de equidade. São informações sobre o sistema como um todo e enquanto a escola lida com índices representados por notas, o resultado da avaliação externa apresenta a proficiência de desempenho, segundo as capacidades dos alunos avaliados.

Existem hoje, os seguintes sistemas de avaliação externa: SAEB - Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica; ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica (amostral); ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ou Prova Brasil (censitária); SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública; PROEB Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica; PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização; PAAE - Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar; PNLD - Programa Nacional do Livro Didático e IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Vale salientar que em 2007 o IDEB da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos era 3,5 e no ano de 2009, avançou para 4,9. Esse indicador aponta o desempenho dos alunos, de todos os profissionais envolvidos nessa gestão e também da

comunidade. Aponta também o envolvimento e acompanhamento da qualidade do ensino que se efetiva no conselho escolar: espaço que tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos; fornecendo dados para o direcionamento dos professores, pedagogos e equipe gestora. O objetivo é que na próxima avaliação os indicadores sejam ainda melhores.

É preciso garantir o espaço e o tempo necessários para que os profissionais possam realizar reuniões periódicas de avaliação, planejamento e acompanhamento do processo educativo, que são realizadas nos encontros semanais de módulo II. A cada semestre, a equipe gestora, pedagógica e membros da comissão de avaliação se reúnem com todos os profissionais da escola para realizarem a avaliação de desempenho individual, onde são definidos os direitos, deveres, limites e normas estabelecidos no plano de carreira de cada setor da educação.

A auto-avaliação é um processo que exige uma tomada de consciência. À medida que as escolas iniciarem suas auto-avaliações haverá maior facilidade em obter subsídios das avaliações externas, de tal forma que o processo avaliativo cumpra a sua função: mudar o que precisa ser mudado e melhorar o que precisa ser melhorado (LOCATELLI, 2001, p. 1)

A escola realiza a avaliação a cada semestre através de reuniões com toda a equipe escolar buscando a qualidade na sua estrutura administrativa e pedagógica. Assim, identificam-se os pontos que precisam melhorar e as propostas de mudança, tudo com documento comprobatório em ata assinada pelos presentes. A avaliação se apresenta desta forma como o retrato da escola, demonstra a educação que ali se aplica, desvela a concepção de escola, de homem, de mundo e de sociedade.

A classificação e reclassificação são feitas quando necessário obedecendo ao que consta no Regimento Escolar e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nos artigos vinte e três e vinte e quatro. São feitas mediante a execução de planejamentos e avaliações definidas pelos professores e especialistas, as notas de aproveitamento são registradas em livro próprio e anexadas junto à pasta do aluno as avaliações e o embasamento legal.

A avaliação e reelaboração do PPP _ Projeto Político Pedagógico _ se faz necessário a cada ano, através de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar, de modo especial, dos pais e alunos. São discutidos os objetivos, as ações, metas e estratégias adequadas à realidade da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há coisa melhor que o sonho
que cria o futuro

VICTOR HUGO

Sabe-se que o PPP _ Projeto Político Pedagógico _de uma escola representa uma construção. Faz parte do conhecimento e da aprendizagem de todos os seus segmentos e da comunidade em que está inserida. Ele direciona o caminho para a qualidade da educação transformando os seres em cidadãos capazes de exercer plenamente a cidadania. Durante todo processo de construção, vive-se intensa movimentação da escola, permeada por momentos de trocas, ansiedade, medo, alegrias, dificuldades que impulsionam os avanços e as conquistas. Mas...

Vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautadas no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2010)

O PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos, de modo especial, é fruto de pesquisas, estudos, diálogos, reuniões, debates, questionamentos e considerações de vários autores e embasamentos legais para a construção da sua identidade.

Este trabalho ratifica que esta instituição representa o espaço de diálogo, aberto onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles. Este é o resultado de um esforço coletivo, contínuo, solidário e paciente onde os pais, educadores e outros envolvidos no processo, primam pela qualidade, buscam preparar as crianças para serem bem sucedidas, proporcionando-lhes não apenas competência técnica, mas também a formação para a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Carlos. **Projeto Político Pedagógico**, Colégio Roberto Carneiro. Divinópolis, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL, **Como Elaborar o PLANO DE DESENVOLVIMENTO da Escola**. MEC – FNDE, Diretoria de Assistência a Programas Especiais do Fundo de Fortalecimento da Escola, 2010.

_____. **Plano de desenvolvimento da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**. 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

_____. **Plano de intervenção pedagógica da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**, Nova Serrana, 2010.

_____. **Regimento escolar da Escola Municipal Alice Cândida dos Santos**. Nova Serrana, 2010.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetro Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEE, 1997.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015 – 1035, out. 2007

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Conselho Escolar**: estratégia de gestão democrática. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

_____. **O Financiamento da Educação Básica**: Limites e Possibilidades. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão Democrática na Escola Pública**: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos. In: Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao, **História de la educación y história cultural**: possibilidade, problemas, cuestiones. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 0, p. 63 – 82, set.dez., 1995.

LOCATELLI, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, p. 1, 2001

LOPES, 2000, p. 19, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor, 2000, p.92

MASAGÃO, Vera; KALOUSTIAN, Sílvia. **Indicadores da qualidade na educação/** Coordenação geral [de] Vera Masagão; Sílvia Kaloustian. – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

MOREIRA, A.F. B. **O Campo do Currículo no Brasil**: os anos noventa. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/06/10

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **Gestão Financeira Descentralizada**: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

SACRISTÂN, J.Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Quatro ed. Porto alegre: Artmed, 1998.

VASCONCELOS, Mara et al, **Projeto Político Pedagógico Na Educação Infantil – UAB – UFMG – FAE/UFMG**.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2001. Referência da citação que foi acrescentada!

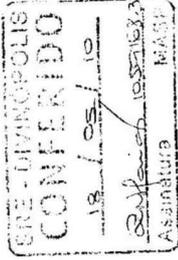
XAVIER, Antônio C. R. e SOBRINHO J.A. **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília, MEC, 2000.

ANEXOS

ANEXO A

PLANO CURRICULAR

Projeto de Aceleração de Aprendizagem – **Acelerar para Vencer**
 Ensino Fundamental – Anos finais – Aceleração II
Ano: 2010 - Turno: Noturno



Escola Municipal: Alice Cândida dos Santos
Endereço: R. Geraldo Pinto Amaral, s/n. Bairro: Romeu Duarte
Município: Nova Serrana

	1º Período 6º e 7º Anos				2º Período 8º e 9º Anos			Carga horária total
	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA		
	Língua Portuguesa	7	280	233:20	7	280	233:20	
Língua Estrangeira - Inglês	-	-	-	2	80	66:40	66:40	
Matemática	7	280	233:20	6	240	200:00	433:20	
Ciências	3	120	100:00	2	80	66:40	166:40	
História	2	80	66:40	2	80	66:40	133:20	
Geografia	2	80	66:40	2	80	66:40	133:20	
Educação Física	1	40	33:20	1	40	33:20	66:40	
Artes	1	40	33:20	1	40	33:20	66:40	
Ensino Religioso	1	40	33:20	1	40	33:20	66:40	
Total	24	960	800	24	960	800	1600	

Indicadores Fixos:

Semanas letivas: 40
 Dias Letivos: 200
 Módulo aula: 50 minutos

Observações:

- Lei 12.767/98 – Os estudos sobre os Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum;
- Lei 9.795/99 – Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências;
- Lei 13.411/99 – Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química permearão ao conteúdo de Ciências;
- Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08 - História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa;
- Lei 12.491/97 – Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências;
- Lei 11.525/07 e Res. SEE nº 137/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Lilimar Gontijo da Silva
 Assinatura do Diretor

Lilimar Gontijo da Silva
 Diretora

[Assinatura]
 Assinatura do Inspetor

PLANO CURRICULAR
ESCOLA MUNICIPAL: ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS
 MUNICÍPIO: NOVA SERRANA - ANO: 2010
 ENDEREÇO: R. GERALDO PINTO AMARAL, S/N, BAIRRO ROMEU DUARTE
 NÍVEL DE ENSINO: ACELERAÇÃO DE ESTUDOS DE 1ª à 4ª SÉRIE - TURNO: NOTURNO

Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares	1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO	
	CARGA HORÁRIA	PERÍODO						
Base Nacional Comum	80		80		80		80	
Língua Portuguesa	80		80		80		80	
Matemática	80		80		80		80	
História	60		60		60		60	
Geografia	60		60		60		60	
Ciências	60		60		60		60	
Educação Física	40		40		40		40	
Artes								
Educação Religiosa	20		20		20		20	
Carga Horária Total	400		400		400		400	

Observação: Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências. Lei nº 9795/99
 Os estudos sobre Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum - Lei nº 12767/98
 Os estudos sobre uso de Drogas, dependência química, prevenção os conteúdos de Ciências Lei nº 13411/99
 Lei nº 11.645/08 - História e Cultura Afro-brasileira e indígena permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.
 Orientação sexual será trabalhado no conteúdo de Ciências - Lei nº 12491/97
 Lei nº 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Indicadores fixos:

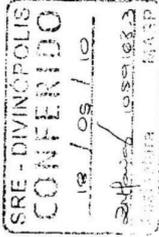
Módulo Anál: 60' (sessenta minutos) /
 Duração do Curso: 04 (quatro) Semestres /
 Carga Horária do Semestre: 400 (quatrocentas) Horas /
 Carga Horária Semestral de Horário: 25 (vinte e cinco) Horas /
 15 (quinze) Minutos Por Dia
 Dias Letivos por Semestre: 100 (cem) /
 Semanas Letivas por Semestre: 20 (vinte) /
 Dias Letivos Semanais: 05 (cinco) /

Lilimar Gonçalves da Silva
 Assinatura do Diretor

Lilimar Gonçalves da Silva
 Diretora
 Autenticação Nº 005077

Legenda:
 AS - Aulas Semanais
 CHA - Carga Horária Anual

Assinatura do Inspetor



PLANO CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL (09 anos)
ESCOLA MUNICIPAL: ALICE CÂNDIDA DOS SANTOS
 MUNICÍPIO: NOVA SERRANA – ANO: 2010 – TURNO: DIURNO E NOTURNO
 Endereço: Rua: Geraldo Pinto do Amaral, s/n – Bairro: Romeu Duarte

Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares	Anos Iniciais												Anos Finais									
	Ciclo da Alfabetização			Ciclo Complementar						6º Ano			7º Ano			8º Ano			9º Ano			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano	14º Ano	15º Ano	16º Ano	17º Ano	18º Ano	19º Ano	20º Ano		
Base Nacional Comum	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Língua Portuguesa	05	160:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
Matemática	05	160:00	06	192:00	06	192:00	05	160:00	05	160:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
Ciências	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	04	133:20	04	133:20	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
Geografia	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
História	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
Ensino Religioso	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
Educação Física	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
Artes	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00
L.E.M. - Inglês																						
Música	02	64:00																				
Psicomotricidade	02	64:00																				
Natureza e Sociedade	01	32:00																				
Total (AS) (CHA)	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20

*Parte diversificada

Observações: Educação Ambiental será integrada aos componentes curriculares: Geografia e Ciências. Lei nº 9795/99
 Os estudos sobre Direitos Humanos serão integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum – Lei nº 12767/98.
 Lei nº 11.645/08 – História e Cultura Afro-brasileira e indígena permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.
 Orientação sexual será trabalhada no conteúdo de Ciências – Lei nº 12491/97
 Lei nº 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 – Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História.

Indicadores fixos:

Duração do Módulo Aula: **48'** (quarenta e oito minutos) do **1º ao 5º Ano** / **50'** (cinquenta minutos) do **6º ao 9º Ano**
 N.º de Dias Letivos: 200 (duzentos)
 N.º de Semanas Letivas: 40 (quarenta)
 N.º de Dias Letivos Semanais: 05 (cinco)
 Carga Horária Anual: Do 1º ao 5º Ano: 800:00' horas – Do 6º ao 9º Ano: 833:20' horas
 Duração do Recreio: 15 (quinze) minutos
 Duração do turno: **4:15'** (quatro horas e quinze minutos) do 1º ao 5º Ano - **4:25'** (quatro horas e vinte e cinco minutos) do 6º ao 9º Ano

Legenda:

AS – Aulas Semanais
 CHA – Carga Horária Anual

[Assinatura]
 Assinatura do Diretor
 Autorização nº 005977

[Assinatura]
 Assinatura da Diretora
 Autorização nº 005977

[Assinatura]
 Assinatura da Inspectora
 Autorização nº 005977

